

GEOGRAFIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: globalização, territórios e redes na perspectiva da escola geográfica francesa

Marie-Françoise Durand

INTRODUÇÃO

A Escola geográfica francesa irradiou-se amplamente desde seu nascimento, no final do século XIX, até os anos 1960. Neste momento, sua obsolescência começa a se manifestar e resulta, em seguida, numa profunda crise de natureza teórica. É bem verdade que um trabalho epistemológico importante vem sendo desenvolvido há trinta anos, fazendo da geografia uma ciência social que tem como objeto o conhecimento da produção e da organização do espaço. No entanto, seu campo de pesquisa é alvo de um importante processo de fragmentação, do que resulta que somente tardia e parcialmente a geografia vem se interessando pelas questões trazidas pelos processos de globalização. É importante ressaltar, porém, que conhecimentos, atualizados ou obsoletos, bem como representações mentais geográficas, são partes integrantes das visões (mais ou menos conscientes) de um mundo globalizado de outras ciências sociais, bem como das projeções de atores estatais ou não-estatais da globalização contemporânea. Assim, o debate emergente e bastante produ-

tivo entre a geografia, a ciência política e as relações internacionais, em plena evolução, permite a emergência de questionamentos comuns e de estimulantes fecundações cruzadas. Entre essas últimas, é interessante apontar a transformação das concepções de espaço nas relações internacionais, além das reflexões acerca das representações possíveis do sistema-mundo e dos processos de globalização.

OS GEÓGRAFOS ANTES DA GEOGRAFIA

As interrogações sobre a totalidade terrestre encontram suas fontes na Antigüidade grega, com a obra de Eratóstenes. Depois dos parênteses obscuros da Idade Média, em que se concebe a Terra como um disco plano, o Renascimento reata com as primeiras reflexões antigas clássicas, prolongando-as. Desde esse período, os pensadores do fenômeno político e os geógrafos desenham um mundo de territórios, concepção nova que o tratado de Westfalia viria a estabilizar em 1648. Cada soberano garante a segurança de seus súditos dentro de

suas fronteiras, e as relações entre Estados são reguladas por um equilíbrio mais ou menos estável entre potências concorrentes. Esse princípio territorial estrutura, então, o mundo e constitui, na modernidade do Estado nacional, a base fundamental da grade de interpretação dominante das produções dos geógrafos, de seus mapas e dos nomes sobre os mapas.

Ora, no decorrer desse longo período de evolução da modernidade, processos de mundialização começam já a tecer inúmeras redes, desenham circulações regulares e integram novos espaços na economia-mundo. A primeira grande onda de colonização espanhola e portuguesa – cujos atores são tanto os mercadores e os aventureiros, quanto os Estados – projeta para fora da Europa a invenção territorial do Estado nacional, mas também o capitalismo dos mercadores e desenha, assim, uma nova construção territorial do mundo. A exportação da idéia de território nacional acompanha a expansão do capitalismo e os começos da mundialização. Os geógrafos se ocupam pouco, no entanto, dessa coexistência dos territórios dos Estados e da circulação dos bens, das pessoas, de modelos políticos, sociais e culturais, contribuindo para naturalizar uma estruturação muito européia do mundo.¹

As necessidades da navegação sustentam o desenvolvimento da cartografia das costas, depois das terras desconhecidas, mas a geografia continua sendo fortemente centrada nos territórios nacionais e imperiais, muito mais do que nos fluxos e nos intercâmbios. Oficinas de cartógrafos desenhavam, pacientemente, esse novo mundo,² e o poder monárquico francês cerca-se de geógrafos, sobretudo a partir da sedentarização da corte em Versalhes no século XVII. Distante de seu país real e de seus súditos, o Rei manda coletar e organizar

a informação geográfica da qual necessita, tanto para ter o domínio do seu território, consolidá-lo, defendê-lo, ampliá-lo, quanto para situá-lo face aos territórios inimigos e às potências rivais nos mares e nas terras longínquas. Os engenheiros e geógrafos, na corte, na Academia e em todos os corpos do Estado, produzem essa informação geográfica. Os irmãos Cassini realizam, a partir da triangulação geométrica, o primeiro mapa exaustivo e coerente do reino francês.³

É, por conseguinte, difícil identificar verdadeiramente um momento fundador nas fontes da escola geográfica francesa. Na verdade, ela se vai formando gradualmente no decorrer do século XIX, desenvolvendo-se amplamente no começo do século XX. Durante o Segundo Império e a Revolução Industrial, um período de abertura de novos territórios e mercados e de conquistas coloniais, surge então a necessidade de um melhor conhecimento do mundo, seja na escola, na universidade, nas grandes instituições do Estado e mais amplamente na própria sociedade. Essa curiosidade e demanda de conhecimentos sobre o mundo não são específicos da França, porquanto são observadas igualmente na Alemanha e nos Estados Unidos.⁴ A fortíssima competição entre os Estados europeus, a derrota militar francesa de 1870 face à Prússia e a derrocada do movimento social da Comuna de Paris provocam uma aceleração na formulação e na implementação de um projeto geográfico cada vez mais marcado pela combinação de uma necessidade de modernização e, ao mesmo tempo, a consolidação de uma ideologia nacional (e mesmo nacionalista). Assim, nos últimos anos do século XIX, desenvolvem-se, concomitantemente e de maneira muito voluntarista, uma geografia científica, uma geografia de Estado, uma geografia escolar e uma geografia popularizada.

¹ Ver *L'Invention européenne du monde*, In: Retaille, 1997.

² A oficina de Claude Delisle e o de seu filho Guillaume constitui um centro importante e rigoroso da fabricação dos mapas a partir das medições das latitudes e longitudes, entre outras, da América do Norte. Apoiando, assim, os projetos americanos de expansão territorial, Guillaume Delisle entra na Academia das Ciências, torna-se o professor de geografia do jovem Luís XV e, depois, o primeiro geógrafo do Rei (ver, Dawson, 2000).

³ Essa aventura científica começa em 1666, sob o comando de Colbert, em busca de uma ferramenta fidedigna para melhorar o rendimento econômico do país. Dela resulta a criação do mapa do estado-maior no fim do período napoleônico (em 1818), o qual permanecerá como o mapa de referência para a França até recentemente (ver, Pelletier, 2002).

⁴ Entretanto, será necessário esperar até 1922 para chegarmos à fundação da União Geográfica Internacional (a UGI).

CONTEÚDOS ORIGINAIS, MAS UM PROJETO CIENTÍFICO QUE FRACASSA

Enquanto se reforça consideravelmente uma geografia do poder, com a criação do ministério das Colônias, desenvolve-se, igualmente, uma geografia da escola colonial, outra do serviço geográfico do exército e da escola de Estado-maior, consolidando-se uma nova ciência estruturada em torno de conteúdos que lhe são próprios.⁵ Ciência articuladora, a geografia da Escola francesa é um projeto que combina métodos das ciências naturais e das ciências humanas e históricas. Seu trabalho sobre o homem e a natureza, examinando em realidade as relações de influência mútua entre os fatos da natureza e os fatos da sociedade, é efetivamente um método científico, visto que se trata de buscar leis e de construir objetos científicos (visando ao recorte de regiões coerentes pela sua combinação específica de fatores físicos e humanos). Ela resiste, em parte, somente às pressões do nacionalismo da época e sua figura mais ilustre, Paul Vidal de la Blache, enuncia, ao mesmo tempo, as possibilidades nas relações homens-natureza e a busca da generalidade das leis terrestres. Sua metodologia funda-se em uma abordagem visual direta dos meios humanizados, por meio de um percurso pedestre atento dos terrenos estudados. Base do método geográfico, a interpretação das paisagens marcará a disciplina por muito tempo. O uso cada vez mais sistemático da fotografia acentua ainda mais essa focalização sobre o olhar, a construção teórica passando sempre pela experiência sensível,⁶ e o mapa topográfico tornando-se o símbolo da geografia.

Apenas delineada, a ambição científica da escola geográfica francesa, no entanto, não é cumprida. Seria isso resultado do peso da institucionalização, do alinhamento com as modas da época ou da inca-

pacidade de levar a termo o projeto científico em sua totalidade? Com base nas pesquisas de campo, nos estudos de paisagens e na realização de mapas, o trabalho sobre as regiões geográficas se torna, de fato, uma coleção de monografias fragmentadas, e as pesquisas sobre a articulação homem-natureza supervalorizam a geografia física. Do possibilismo, desliza-se de forma quase sem retorno ao determinismo natural na geografia.

INSTITUCIONALIZAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO

Em torno de Vidal de la Blache, essa nova ciência se institucionaliza rapidamente como disciplina universitária. Historiador de formação, ele começa a abordar a geografia depois da guerra de 1870. Titular da Cátedra de geografia na Sorbonne durante dez anos, ele forma discípulos que ocupam todas as cátedras de geografia criadas nas universidades francesas, funda os Anais de geografia, lança uma Geografia Universal em vinte e três volumes, preside o Comitê de Estudos para as negociações dos Acordos de Paz em 1917 (desenhando o novo mapa dos Bálcãs), engaja-se na reforma da primeira parte do ensino fundamental, produz manuais, coleções de mapas murais... Ou seja, essa obra considerável de Vidal de la Blache contribui para instalar, dentro da sociedade francesa, uma geografia dos territórios metropolitanos e coloniais.

O desenvolvimento da geografia escolar é, ao mesmo tempo, ligado ao da geografia universitária e à evolução de uma escola pública para todos, gratuita e obrigatória, cuja função consiste em dar o cimento na constituição da nação e formar a identidade e a cidadania na França. Com a disciplina de história, a geografia forma um par fortemente impositivo que serve, depois da derrota de 1870, para naturalizar e impor a construção nacional. Metade dominada deste par, a geografia é encarregada da sincronia e a história da diacronia. Sua conjunção no ensino fundamental de todos os franceses instiga e desenvolve, no mais profun-

⁵ Ver Robic *et al.*, 2006.

⁶ Jean BRUNHES, diretor científico dos *Archives de la planète* de 1912 a 1930, criou e consolidou o inventário fotográfico do mundo, conservado e aberto à consulta no museu Albert-Kahn de Boulogne-Billancourt.

do de cada indivíduo, o conceito de um Estado nacional territorial (Citron, 1991, 2003).

No contexto de uma França rural, camponesa e pouco francófona, a escola deve liquidar os dialetos e difundir um relato histórico edificante. Eivado de valores, esse grande relato perdurará até os anos 1960, com seus heróis, em parte míticos, construindo a imagem de uma França quase predestinada do ponto de vista histórico e territorial, inteiramente oriunda da conquista dos Gauleses e na qual toda diversidade social e cultural interna deveria ser sistematicamente negada. A geografia, nesse processo político, continua a ser uma ciência do concreto, uma cultura antes de tudo útil, instrumental (Clerc, 2002), um inventário do mundo, de suas riquezas e de seus povos. Servindo mais para apreender do que para compreender, ela está relativamente em sintonia com a produção da nova ciência (Lefort, 1992), como testemunham os manuais então escritos por universitários. Ainda que eles não sejam explicitamente normativos e permeados de valores, tais manuais contribuem muito eficazmente para construir a representação dominante de um mundo de territórios, mais ou menos bem dotados de bens da natureza, tendo no seu centro a França. Esta é um hexágono equilibrado, de clima temperado, um hexágono que se enriquece graças ao trabalho humano e à cultura, projetando suas obras civilizadoras nos cinco continentes. Justificação dos colonialismos, a geografia escolar inculca igualmente o pensamento dominante da época: a divisão da humanidade em grandes raças. Nos fundamentos da escola pública, a classificação em brancos, negros, amarelos e vermelhos constitui a primeira chave de entrada que hierarquiza as sociedades do mundo, deixando na memória francesa uma herança particularmente duradoura.

No mesmo período, as sociedades científicas de geografia, que reúnem pesquisadores, topógrafos, exploradores, aventureiros e administradores coloniais, finalizam a difusão dessas imagens do mundo junto a eruditos, amadores e um amplo público de curiosos. A Sociedade Científica de Paris é pioneira (1821) e muito dinâmica, tendo sido seguida, no final do século, da fundação, de outras sociedades de geografia em quase

todas as grandes cidades da França. Enquanto isso, nos grandes portos, abrem-se sociedades de geografia comercial, centradas na idéia de valorização do império colonial. Pelos mesmos motivos ideológicos e nacionais, os geógrafos franceses só se abrem aos poucos, a partir dos anos 1930, à geografia aplicada⁷ e aos trabalhos de planejamento espacial que, pelo contrário, vinham se desenvolvendo amplamente na Alemanha e no Reino Unido. No seu conjunto, esse é um período de intensas atividades e aprendizados no campo geográfico, que integram e permeiam profundamente a sociedade francesa. Ele é, porém, marcado pela ausência de autonomia da construção científica face ao poder político, bem como pela adesão a uma visão de mundo que é muito parcial e fortemente centrada nas relações entre a metrópole e as colônias, das quais os outros espaços geográficos estão bastante ausentes.

UMA FOSSILIZAÇÃO ACENTUADA PELA GUERRA FRIA

Um projeto científico que não se autonomiza do poder público, uma institucionalização que leva à reprodução do idêntico, um contexto de guerras (inter-estatais, coloniais, de independência), um ensino escolar concebido como vetor de integração política e social: todos esses elementos convergem para uma focalização da escola geográfica francesa sobre o território e a fronteira.

No fim da Segunda Guerra Mundial, abre-se um período caracterizado, ao mesmo tempo, pelo grande projeto multilateral da ONU, a erosão progressiva do modelo de Estado nacional e territorial, um amplo movimento de proliferação de Estados no bojo das descolonizações e a extensão mais ampla das redes de trocas materiais e imateriais. O zoneamento bipolar dissimula a crise latente do Estado, e a oposição alienada dos dois blocos (Leste e Oeste) reforça ainda mais uma abordagem geoestratégica do mundo. Em um mundo em que

⁷ Robic, *op. cit.*

as interdependências se acentuam, em que os processos da globalização de natureza econômica, financeira, comercial, cultural e política estão em plena evolução, muitos ainda privilegiam a contagem estatística dos armamentos e poucos se interessam pelos intercâmbios, trocas, lugares de interface, conexões do local ao global... Ora, tal negligência em relação aos processos atuais de globalização e às mundializações passadas deixa poucos elementos para compreender o mundo contemporâneo que delas tem resultado.

O saber geográfico passa, então, a sofrer, progressivamente, um processo de obsolescência. As dificuldades científicas que haviam sido relativizadas em razão da importância adquirida pela disciplina geográfica no âmbito escolar vão se acentuar durante a Guerra Fria e após os anos 1990. Os paradigmas antigos não vão mais poder resistir à pressão das mudanças. O desaparecimento dos pais fundadores da geografia francesa, a multiplicação das cátedras universitárias,⁸ a renovação dos métodos das ciências sociais, a violência das clivagens ideológicas, as descolonizações, as questões que os começos da construção do espaço europeu de integração colocam à escala nacional, a reconstrução e o planejamento do território, tantos elementos novos que vêm perturbar as vantagens adquiridas, científicas, corporativistas, materiais e simbólicas dos geógrafos, obrigando-os a repensar completamente um saber geográfico que se tornou, em grande parte, inoperante.

Os geógrafos, mais numerosos e reconhecidos, são ainda, no entanto, incapazes de reconstruir um projeto científico, uma formação universitária e conteúdos escolares em sintonia com tais mudanças. Alguns ajustes permitem retoques temporários: de colonial, a geografia do império perdido se torna tropical. Os mais empreendedores se investem nas questões de ordenamento do território nacional, iniciam-se nos métodos quantitativos e desenvolvem a cartografia automática, graças à informática e à produção sistemática de esta-

tísticas pelas grandes agências da administração pública na França. As práticas profissionais abandonam o ar livre e o trabalho de campo, passando a privilegiar seu olhar por meio das colunas de algarismos e dos cálculos estatísticos. A classificação tipológica se torna o exercício central do geógrafo. Existem, porém, ainda, muitos ângulos mortos e perspectivas esquecidas: a construção europeia, por exemplo, é evitada pelo geógrafo de então, e os processos de globalização interessam tão-somente uma pequena parte da comunidade científica geográfica.

O paradigma então usado confronta-se com dois tipos de pressões crescentes. No interior da geografia e fora do território nacional, aparecem grandes renovações, seja nos Estados Unidos, no Reino Unido ou na Escandinávia, enquanto na França, a impossibilidade da geografia é pressionada pelo dinamismo científico das outras ciências humanas e sociais: história, sociologia, antropologia, política e economia. A necessidade de formar os numerosos filhos do *baby-boom* resulta em um recrutamento importante de novos geógrafos, trazendo novos ares à academia, que provocam críticas cada vez mais vivas, opondo partidários da tradição clássica àqueles que aspiram a uma nova geografia francesa.

Essa violenta crise dos anos 1970 se resolve por meio de uma deflagração. A rejeição de uma ciência articuladora entre os homens e a natureza se afirma, marcada pela ruptura com a geografia física. Uma geografia plural se desenha paulatinamente: teórica e quantitativa, ela se ocupa de análise espacial, da modelização, da hierarquia dos lugares, dos intercâmbios, dos fenômenos relacionados às difusões, das cidades e dos sistemas urbanos. Enfrentando as questões políticas até então sempre eludidas, ela aborda os problemas de desenvolvimento e de geopolítica.⁹ A construção de um trabalho epistemológico de definição de uma verdadeira ciência social como ciência da dimensão espacial do social pode então iniciar-se.¹⁰ Essa

⁸ As cátedras de geografia foram multiplicadas em 20 vezes, na França, entre 1940 e 1970.

⁹ Ver Lacoste, 1976.

¹⁰ www.spacestems.net

construção vai permitir, com o final da Guerra Fria, abordar as inquietações mundiais com um olhar geográfico mais livre e abrangente.

SAÍDA DA GUERRA FRIA: uma morte anunciada?

Com o fim da bipolaridade, encerram-se quarenta anos de uma competição nada indulgente entre os Estados, formando um bloco atrás de uma das duas superpotências. Uma grande seqüência histórica se conclui. As interpretações antigas não podem mais funcionar: a Europa, pioneira do amplo movimento de integração regional, deve compreender que, de fato, não é mais o centro econômico, comercial, político, cultural e mesmo simbólico do mundo. É preciso aprender a levar em conta essa perda de centralidade e, portanto, questionar as representações mentais e as representações cartográficas que daí decorriam e a retroalimentavam. A violência internacional se modifica, diversifica-se e prolifera nas mãos de atores novos; a integração política do mundo define, ao passo que uma integração econômica que produz e reproduz numerosas desigualdades se reforça consideravelmente. Tal integração social patológica obriga, então, a se pensar, ao mesmo tempo, as lógicas territoriais que perduram (e pelas quais se continua a morrer) e o funcionamento em redes, nas quais a revolução das comunicações e da informação engloba rapidamente partes cada vez mais amplas de sociedade. Essa brusca aceleração tecnológica reforça a distribuição mundial das empresas, torna instantaneamente visíveis as desigualdades e as crises, estimula os desejos de mobilidade dos indivíduos. O desenvolvimento das trocas, as mudanças de escala em todos os domínios e a tomada de consciência da extrema complexidade e imprevisibilidade dos processos em curso acarretam uma ruptura das representações e das explicações. Como as outras ciências sociais, a geografia teve de enfrentar tal complexidade.

A própria palavra globalização (e, na França, *mondialisation*) irrompe em vários cantos (Dagorn, 2004). Desde o começo dos anos 1980,

alguns economistas já haviam difundido o seu uso, mas ele se torna central em todas as ciências sociais tão-somente com o final da Guerra Fria. Paradoxalmente, a mudança de escala, que constitui o horizonte da globalização, ao mesmo tempo integra questionamentos espaciais nas outras ciências sociais e anuncia, para alguns, a morte da geografia. A ciência política analisa o “fim dos territórios” (Badie, 1992, 1995), os sociólogos trabalham sobre as “cidades globais” (Sassen, 1991, 2006), a “sociedade em redes” (Castells, 1996, 1998), a “economia de arquipélago” (Veltz, 1996, 1997); os antropólogos sobre os “não-lugares” (Augé, 1992) ou a emergência das identidades individuais e coletivas nas mutações do espaço urbano (Agier, 1999). Ao mesmo tempo, a aceleração dos processos de globalização econômica, financeira e informacional, notadamente com o desenvolvimento da Internet, faz pensar em uma abolição das distâncias geográficas, uma negação do espaço, como se todos os lugares tivessem o mesmo valor. Após ter singularmente reduzido a geografia à descrição dos territórios, a tomada de consciência, por esse motivo, de um mundo de circulações generalizadas leva então a geografia francesa, mas não somente a francesa, ao lugar da obsolescência e do desinteresse. A essa confusão acrescenta-se uma leitura rápida demais e superficial dos trabalhos de ciência política, que demonstram o fim de um sistema internacional centrado sobre o território do Estado e o princípio intangível de soberania (ver Quadro 1). Por mais profundas e rápidas que sejam, sobretudo no que tange à explosão de fluxos parcialmente indiferentes aos territórios nacionais e soberanos dos Estados, as transformações globais em curso não levam ao desaparecimento da dimensão espacial dos fenômenos sociais. A construção de uma relação nova, rápida e reticular, de sociedades e de territórios, perturba os recortes que pareciam estabelecidos e força os geógrafos a pensar em outras formas de espacialidade. A globalização não homogeneiza os territórios, ela os discrimina mais que nunca em um espaço econômico global – organizado em arquipélago – e que comporta numerosos excluídos e numerosos lugares de exclusão.

Quadro 1

Se o território perdeu seu valor material, pelo menos em parte, ele mantém ainda hoje sua significação simbólica e sua forma expressiva. O paradoxo é tão-somente aparente: o território não tem mais seu alcance instrumental de antigamente, mas mantém intacta a sua virtude enunciadora. Por isso, o fim dos territórios não pode ser confundido com o abandono de qualquer referência ao espaço. Esse continua sendo, mais do que nunca, o próprio centro de atenção das ciências sociais: a ação continua vinculada ao espaço, mas ele é cada vez menos material, estático, delimitado. Essa “libertação” do espaço se verifica em muitos dos planos que se constroem no mundo de hoje (...).

A formidável ascensão do conceito de rede está aí para testemunhar isso: a relação social (e, portanto, política e econômica) ganha em eficácia na medida em que é informal, pouco visível, meta-institucional. Ela se inscreve, portanto, no sentido negativo da geometria territorial, despreza as distâncias físicas, as fronteiras e os fechamentos. Ela reinterpreta as solidariedades, torna-se o vetor das novas violências e das novas identidades: para alguns, ela cria o inimigo invisível; para outros, ela garante regulações incrivelmente sofisticadas. Novo nervo dos intercâmbios, ela desvitaliza ao mesmo tempo as lógicas clássicas do confronto.

A decomposição das estratificações territoriais não abole as desigualdades: ela lhes permite, pelo contrário, adquirir uma maior visibilidade. Enquanto a gramática do Estado nacional impunha as demarcações políticas, os processos modernos (ou pós-modernos) de espacialização manifestam, sem ordená-la, a verdade das disparidades.

BADIE, Bertrand. Prefácio. In: DURAND, Marie-Françoise; MARTIN, Benoît; PLACIDI, Delphine. *Atlas de la mondialisation: comprendre l'espace mondial contemporain*. Paris: Sciences Po, Les Presses, 2006.

OS GEÓGRAFOS REENCONTRAM O MUNDO

Não somente a morte anunciada não aconteceu. Além disso, uma geografia muito inovadora se desenvolveu, viabilizando profunda reflexão sobre a globalização. No bojo da crise disciplinar¹¹ e apoiando-se nos trabalhos nacionais e anglo-saxônicos da análise sistêmica e da modelização, embora se beneficiando também provavelmente da tradição francesa de uma sociologia atenta aos fenômenos de laços e de solidariedades, Olivier Dollfus formula a expressão “sistema mundo” em 1984 (Dollfus, 1984). Não sendo mais o nível geográfico do mundo um simples quadro ou uma soma de regiões, é preciso aplicar-lhe o mesmo procedimento que para as outras regiões e estudá-lo como um sistema (Grataloup, 2006), em realidade um sistema de sistemas. Essa bifurcação no pensamento disciplinar permite voltar ao centro dos debates das ciências sociais, embora se distanciando da visão dominante, que vê na mundialização apenas um processo econômico (1997). Olivier Dollfus inscreve seus trabalhos em uma prática interdisciplinar tão indispensável quanto produtiva.¹² Para propor novos

paradigmas, são desenvolvidas novas abordagens teóricas e, concomitantemente, estudados novos objetos de pesquisa. O avanço pioneiro do meio dos anos 1980 resulta em numerosos trabalhos, como o mostra o Quadro 2, a seguir.

As principais questões colocadas graças à aparição da escala global no desenvolvimento da escola francesa de geografia dizem respeito à distância e aos lugares. A distância não é abolida pela globalização; assiste-se, pelo contrário, a uma multiplicação dos tipos de distâncias, variando do grau zero (a ubiquidade informacional) à imensidão (lugares excluídos de qualquer processo de integração na globalização). A relação variável entre distância, custo e tempo reveste os lugares de toda sua importância em um mundo ao mesmo tempo ubíquo, topológico (as redes materiais de troca) e topográfico (as distâncias euclidianas da terra), isto é, um mundo multimétrico.¹³ As cidades globais são lugares centrais, que organizam a arquitetura das redes mundiais, e, nessa estrutura, os territórios estão em concorrência para captar os investimentos ou combater as deslocalizações. Os novos objetos de pesquisa incidem sobre a competitividade dos territórios locais no mercado global, regido, em primeiro lugar, por operadores econômicos priva-

¹¹ Ver o lançamento (1975) da revista *Espaces Temps*, dedicada a uma reflexão interdisciplinar sobre a epistemologia, a didática e as teorias das ciências sociais.

¹² Olivier Dollfus fundou, com Michel Beaud, o grupo de estudos e pesquisa Gemdev em 1983. www.gemdev.org.

¹³ A métrica diz respeito ao modo de medição da distância.

Quadro 2

Se a busca de um modelo unitário não pode, em hipótese alguma, ser abandonada, reconhecamos que, para compreender o mundo atual, tal procedimento não é simples e evidente. Porque cada um dos modelos disponíveis aparece como sendo pertinente. A discussão se torna difícil pela falta de comunicação entre os emissores dos diferentes paradigmas teóricos. Os especialistas de relações internacionais, os economistas e os antropólogos desenvolvem cada um sua lógica, aperfeiçoam seus raciocínios a partir de seus conceitos-chave (“potência”, “riquezas”, “culturas”), utilizando o arsenal explicativo do vizinho apenas em situação de urgência. Apesar das debilidades do debate interdisciplinar sobre a globalização, ressalta-se de forma bastante nítida que cada série de modelos possui seu valor e que não se conseguirá tão facilmente ignorá-los individualmente. A distância cultural existe, a dominação geopolítica existe, a economia-mundo existe. É nessa constatação que encontramos o desafio (...) de mostrar por que e como essas três dimensões do real coabitam. Para tanto, recorremos a um quarto modelo, menos comum na literatura, o da sociedade-mundo, porque ele nos permite, pelo viés negativo e pelo positivo, unificar nosso procedimento. Negativo, porque o mundo não é ainda, quanto ao essencial, uma sociedade, senão apenas um agregado de sociedades, porque se assiste a processos desordenados e heteróclitos de construção de elementos de sociedade em certos domínios apenas e com ritmos diversos. Positivo, porque a tendência, incontestavelmente, aponta para o aumento das interações sociais entre os habitantes do planeta e que a designação da constituição de uma sociedade-mundo como horizonte político provável permite compreender todos os elementos esparsos que vão nessa direção e não podem entrar por definição nos outros modelos explicativos.

DURAND, Marie-Françoise; LEVY, Jacques; RETAILLE, Denis. *Le monde espaces et systèmes*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques-Daloz, 1992.

dos, mais ou menos acompanhados pelas políticas multilaterais, nacionais ou locais. As indústrias de alta tecnologia necessitam de localizações que permitam o acesso instantâneo aos recursos e aos atores de que precisam: parque científico e tecnológico, pesquisa-desenvolvimento, finanças, serviços, redes de comunicação performáticas e que não têm nada a ver com as da indústria manufatureira, submetida prioritariamente a lógicas de recursos, de custo de mão de obra, de proximidade de mercados. Fluxos, eixos e zonas, fachadas portuárias, aeroportos, *hubs* de todos os tipos e logística, todas as redes materiais e imateriais, seus volumes, conexões, entroncamentos, assim como o grau de confiabilidade que têm, assumem uma importância crescente com a nova divisão internacional do trabalho, as trocas intracompanhias, o comércio internacional e, mais recentemente, o comércio eletrônico.

Assim, também a geografia tradicional, fortemente focalizada nos territórios e seus recortes, pouco se preocupou com os atores coletivos (salvo o ator estatal, evidência que geralmente escapou ao olhar crítico), privados e individuais, com o seu imaginário e suas práticas espaciais. O estudo do binômio inseparável dos territórios e dos modos de vida ignorou, por exemplo, as migrações de pessoas. Ora, essas estão no cerne dos processos de globalização e

ganham conteúdo analítico ao serem estudadas a partir das noções de escala e de espaço. Inscrevendo-se em um processo de circulação e de movimentação global, o migrante rompe com o vínculo que une um grupo social e um território e constrói outros tipos de vínculos entre territórios e identidades. Enfim, um trabalho de geografia sobre as métricas é indispensável para aprofundar, no intra-urbano, os trabalhos dos sociólogos como Saskia Sassen ou Manuel Castells sobre as metrópoles globais e tudo o que elas comportam de descontinuidades, de heterogeneidade, de exclusão e de segregação socioespaciais, combinando lógicas internas e globais.

UM PROBLEMA DE REPRESENTAÇÃO

Diante de tais mudanças de paradigmas e de objetos de pesquisa, o que acontece com os mapas, ao mesmo tempo ferramentas e produtos dos geógrafos? Mobilidade, fluxo, formas reticulares, transações, fluidez, ubiqüidade, relações entre distância, tempo e custos modificam muito a cartografia, colocando novos problemas de representação. Mais ainda, os próprios fundamentos da representação cartográfica tradicional foram abalados. Produtos históricos delimitadores de fronteiras euro-

péias, instrumentos preocupados em reduzir a parte das terras desconhecidas, a nomeá-las, a fazer figurar os espaços de soberania nacional – os mapas constituíam a ferramenta de base do trabalho dos militares. Com os progressos dos inventários e das estatísticas, eles representaram a medida dos registros mais clássicos da potência (populações, recursos, armas). Ferramentas de poder, eles acumulavam as funções de inventário, de controle, de ordenamento, mas tinham igualmente um papel ideológico, até mesmo identitário, ícones edificantes

de um território nacional.

A projeção escolhida, bem como o ângulo sob o qual o cartógrafo apresenta o seu mapa, nunca são neutros. O centro do olhar, o centro do mapa torna-se o centro do mundo. Mas onde está o centro do sistema-mundo contemporâneo? A orientação para o Norte, a focalização na Europa, a projeção, a inexistência do Pacífico, quase sempre cortado em duas partes, os limites, os próprios nomes: tudo se torna um problema para a representação cartográfica. Além disso, como trabalhar com dados estatísticos

Diferentes projeções:

Projeção Bertin 1953



Projeção Bertin 1950



Projeção "Atlantis" de John Bartholomew



Diversas centragens por rotação:

Projeção Buckminster Fuller
Centrada sobre a Europa e a África



Projeção Buckminster Fuller
Centrada sobre o Pacífico



Diversas centragens por deslizamentos:

Projeção Gall-Bertin
Centrada sobre o Pacífico



Projeção Gall-Bertin
Centrada sobre a América



estritamente contingenciados no nível dos Estados nacionais, que só podem permitir mapas temáticos ou em pontos, mostrando um estado (um resultado) mais do que um movimento, produzindo e confortando seja uma visão do mundo centrada sobre os Estados-nacionais e a dimensão territorial, seja um conjunto de visões simplistas que naturalizam as culturas em territórios opostos? A globalização produz novos conjuntos “regionais” ou locais que não sabemos nomear, os fluxos emaranhados escapam a uma representação legível, salvo se forem consideravelmente simplificados. Da mesma forma, a proximidade se distingue da contigüidade...

A EXPLOSÃO DAS IMAGENS

Nos anos 1970, o desenvolvimento da imagem via satélites¹⁴ permite um novo registro global da Terra. Os geógrafos se apropriam dessas técnicas de foto-interpretação e de teledetecção e as colocam a serviço de suas pesquisas, podendo ser utilizadas em projetos de ordenamento urbano ou rural, como de prospecção. A universidade e a pesquisa não possuem, no entanto, o monopólio da elaboração dos conhecimentos. Uma geografia aplicada, muito técnica, desenvolve-se progressivamente fora desses âmbitos. Em um período muito recente, atores públicos e privados produzem e difundem, junto ao público mais amplo, uma quantidade crescente de informações geográficas, cuja democratização não é, por isso, sinônimo de uma reflexão e de uma análise propriamente geográfica. Os sistemas de informação geográfica (SIG) têm aplicações múltiplas nos campos da segurança militar e policial, mas também, cada vez mais, em campos civis: redes de circulação e redes intra-urbanas, serviços de socorro às pessoas, manejo das florestas, gestão do patrimônio, estudos de marketing, etc. O desenvolvimento espetacular de *Google Earth* e *Google Map*¹⁵ na Internet, por exemplo, no caso dos fornecedores históricos de

informação geográfica tal como o IGN (*Géoportail*)¹⁶ na França, aproveita-se da convergência entre imagens espaciais e cartografia, permitindo uma difusão maciça, gratuita, lúdica e fácil de novas imagens do mundo. O entusiasmo do público leva a pensar sobre o que tais imagens podem mudar na relação dos indivíduos com o espaço geográfico “natural” e, sobretudo, social. Uma navegação fluida permite apreender, ao mesmo tempo, as duas dimensões do espaço geográfico: a dos territórios, das extensões, das superfícies (livres aqui das fronteiras dos Estados), e as das redes nas quais a circulação é feita de forma virtual. Ela permite igualmente uma abordagem multi-escalar, que possibilita transitar instantaneamente da escala continental à do infra-urbano, indo até a do quarteirão ou a de uma casa, isto é, movimentando-se do local ao global, e vice-versa – duas escalas muito importantes para a construção da identidade espacial de qualquer pessoa, no mundo globalizado com o qual todo indivíduo tem de confrontar-se.

Ao mesmo tempo, os editores e a imprensa assumiram o papel das sociedades de geografia desaparecidas, a fim de satisfazer, manter ou suscitar uma demanda privada e individual de imagens do mundo, propondo uma geografia espetáculo, icônica, exótica, tão pobre em explicações quanto rica em cores. Esse florescimento editorial substituiu a geografia científica nas estantes das livrarias, permitindo a venda nas bancas de revistas, mas veiculando, pelas escolhas cartográficas e iconográficas, vários assuntos, ângulos e textos; é claro que veiculam, em parte, também alguns erros e, na maioria das vezes, clichês mais ou menos deterministas, culturalistas ou obsoletos.

Enfim, nesse contexto científico, editorial e comercial transformado, a geografia escolar não apenas perdeu o monopólio da difusão do saber geográfico sobre o mundo, como ainda se encontra dividida entre forças contrárias que a paralisam no momento exato em que as dificuldades dos grandes modelos de integração nas socieda-

¹⁴ Sobre tudo com os satélites Landsat (1972) e Spot (1986).

¹⁵ <http://earth.google.fr>; www.image-du-monde.com.

¹⁶ www.geoportail.fr.

des, a crise do vínculo social, o transtorno diante das integrações regionais e a globalização acelerada das empresas, a emergência das questões ambientais e de desenvolvimento estão a exigir uma presença mais segura e mais coerente da geografia. O estudo do sistema mundo teve uma rápida inserção nos programas das escolas francesas, mas finalmente desapareceu, seguido pelas interpretações culturalistas, mais simples, e mesmo espetaculares, do choque das civilizações de Huntington que, quanto a elas, resistem mais no hipermercado das idéias contemporâneas. Tais hesitações representam um mau augúrio, tanto para a capacidade dos futuros adultos de enfrentarem a complexidade de um mundo móvel e fluido – cada vez mais diversificado e mutante, onde eles deverão atuar e trabalhar – quanto para a possibilidade de assumirem, em suas vidas, o binômio complexidade e diversidade, a fim de poderem mover-se, ao mesmo tempo, do local ao global.

CONCLUSÃO: interferências no mercado das idéias ...

Finalmente, apesar dos esforços conceituais em termos de renovação da pesquisa e do trabalho interdisciplinar, é provável que a defasagem aumente e o atraso se acentue entre a complexificação do mundo e a capacidade de interpretá-lo. Testemunhas disso são, ao mesmo tempo, a persistência tenaz de leituras antigas e a coexistência de modelos absolutamente opostos, em uma relação de força global que não é favorável aos mais inovadores e pertinentes. Face à necessidade imperiosa, para cada indivíduo, de pôr um pouco de ordem no fluxo contínuo de imagens e de informações que o assalta, duas grandes famílias explicativas da globalização são mobilizadas de maneira recorrente pelos jornalistas, por responsáveis políticos e operadores econômicos, pelos acadêmicos não geógrafos, pelos docentes e cidadãos. No primeiro grupo, encontra-se a visão que permanece estritamente territorial, quer se trate da divisão clássica do mapa-mundi político dos Estados ou da divi-

são Leste-Oeste à qual sucederam a divisão Norte-Sul, depois a divisão civilizacional.

A divisão estatal e o mapa das fronteiras continuam sendo, ainda e apesar de tudo, a imagem do mundo mais banalizada, o recurso explicativo mais evidente e mais implícito, embora o mais inadaptado para dar conta da globalização. Dois elementos contribuem ainda para reforçar esse senso comum: por um lado, todas as análises econômicas e a cartografia temática têm como fontes os dados estatísticos internacionais que estão disponíveis e comparáveis apenas no âmbito dos Estados; por outro lado, os processos de regionalização são pensados como somas de Estados, assim como as organizações multilaterais mundiais. Fala-se de um mundo de fluxo sem se produzirem ferramentas para analisá-lo e representá-lo. A divisão Leste-Oeste era muito confortável para a representação no mapa-mundi. O traço, bem nítido, da cortina de ferro, separava os dois blocos opostos e tornava-os, erroneamente, supostamente homogêneos. As coisas se complicavam, é claro, ao Sul, mas, de qualquer forma, excluía-se as trocas, cuja existência, no entanto, era lembrada tanto pelos choques petrolíferos quanto pelas negociações do GATT ou pelas migrações internacionais.

A divisão Norte-Sul e todas suas variantes de conjuntos do tipo G-20 procedem do mesmo tipo de análise. Antecedendo a queda do muro de Berlim, a divisão Norte-Sul assumiu, depois desse acontecimento, um lugar preponderante. Embora construída em reação aos economistas, mas finalmente em convergência com eles em termos de resultado final, a divisão Norte-Sul, na acepção do geógrafo Yves Lacoste,¹⁷ corresponde ao princípio fundamental de organização do mundo. A partir de seu trabalho sobre dimensões demográficas, sanitárias, econômicas e sociais comuns aos países subdesenvolvidos, ele constrói uma divisão binária do mundo, amplamente difundida e naturalizada pela representação cartográfica da famosa linha de partilha do mundo entre o Norte e o Sul. Os critérios que fundam a homogeneidade evacu-

¹⁷ Lacoste, 1959, 1965.

am elementos tão importantes quanto a Antiguidade e a solidez dos Estados, a natureza dos regimes políticos, os modelos de desenvolvimento, o tamanho, os recursos e os modos de organização social, e volta-se a cair, como no caso anterior da linha divisória Leste-Oeste, na mesma ilusão de continuidade territorial, com o mesmo desinteresse para as circulações e pelos intercâmbios. Essa visão se fossilizou porque seu simplismo redutor de todas as diferenças internas, a exemplo das desigualdades, a presença de ilhotas de Norte no Sul e de bolsões do Sul no Norte, é confortável para uma parte dos atores que a retomaram estrategicamente em suas retóricas políticas.

Finalmente, a divisão do mundo em civilizações potencialmente opostas, avançada por Samuel Huntington em 1993, logo depois do final da Guerra Fria, considera a identidade como o tema de mobilização e de divisão maior. Huntington naturaliza as civilizações, reduzidas em grande parte ao religioso, sem nunca demonstrar sua pertinência, e mais uma vez a cartografia vem apoiar o propósito, desenhando as linhas de divisão e de enfrentamento. Ele contribui, assim, para construir e consolidar um novo senso comum de um conflito entre o Islã e o Ocidente, convertendo-se em uma profecia auto-realizada, confirmada pelo vazio explicativo do ambiente, no bojo dos atentados de setembro de 2001. Salvo que, nesse caso, as conseqüências do modelo são muito mais graves do que naqueles das análises precedentes. O poder das esferas midiáticas, editoriais e mesmo acadêmicas ou escolares, e dos interesses políticos e ideológicos convergentes dos dois lados da nova linha de fratura, não podem explicar sozinho seu sucesso fulminante. É também porque essa fratura se inscreve perfeitamente no prolongamento das leituras precedentes que esta visão alcança tal eficácia junto ao grande público.

E é também por esse motivo que a coabitação de todas essas grades de leitura tem sido possível, inclusive no espírito de indivíduos que dispõem de um alto nível de educação e de responsabilidades. Cada uma das grades de análise do espaço mundial contemporâneo é apresentada como

a única explicação de seu funcionamento; as hipóteses explicativas da globalização são convocadas, uma após a outra, a fim de responder a cada tipo de questionamento sobre a organização do sistema-mundo, mas nenhuma delas parece ser capaz de restituir a complexidade de um mundo de fluxos e intercâmbios.¹⁸ Todos esses modelos têm a vantagem da simplicidade de uma divisão territorial e binária, mas também sua parte de “verdade”, na medida em que são dominantes e embasam decisões econômicas, políticas e sociais, comportamentos sociais, lutas internas às sociedades e confrontos internacionais. No entanto, eles confundem o envelope com os processos.

A segunda família de esforços conceituais propõe modelos do mundo concebido como sistema dinâmico. Os aportes do estruturalismo e da análise sistêmica permitiram trabalhar nas interdependências de elementos de uma estrutura mundial. O sistema mundo de Olivier Dollfus é realmente uma interpretação geográfica da globalização. O oligopólio mundial é formado por três ou quatro centros dotados de periferias, e as enormes aglomerações globais formam uma estrutura em arquipélago (o arquipélago megapolitano mundial). A metáfora do arquipélago, muito eficaz, torna possível a ruptura com as representações de territórios homogêneos, separados ou opostos, e a reintrodução das questões de distância, de circulações e de interdependência entre os elementos do arquipélago. O que conta, nessa representação, são as relações entre as ilhas, isto é, as megalópoles, mais “próximas” entre elas do que seu ambiente imediato. A estrutura reticular é a única saída explicativa da complexidade da globalização. Ela dá lugar à fluidez dos processos da construção da identidade, ambígua, plural, subjetiva, mutante, sempre reconstruída, muitas vezes instrumentalizada ou manipulada. Ela permite compreender as dinâmicas socioespaciais em todas as escalas, globais, regionais e dentro dos Estados e das sociedades, até no nível infra-urba-

¹⁸ Testemunha disto são a mescla e a mudança permanente de registro entre geografismo e culturalismo nos opoentes à entrada da Turquia na União Européia.

no. Esse pensamento das redes de relações de todos os tipos, onde, diferentemente dos territórios estáticos e naturalizados, nada é predestinado nem já escrito, onde as construções, as desconstruções e as reconstruções, materiais e simbólicas se realizam na interação, tem, no entanto, muita dificuldade em se fazer ouvir e compreender.

Aos “geografismos” simplistas e errôneos da primeira família de modelos são somadas todas as visões geopolíticas¹⁹ e também aqueles analistas que se recusam a ver como se pode instrumentalizar e isolar o crescimento das desigualdades, as hesitações e lentidões das tentativas de regulações multilaterais, a denúncia e a recusa pura e simples da globalização. No âmbito da nebulosa que constituem estes partidários da antiglobalização, não encontramos somente uma postura ideológica e política de confrontação que, como no caso do *Le Monde Diplomatique* ou da organização ATTAC,²⁰ acrescenta ao anticapitalismo clássico um desconforto em relação ao Estado nacional e territorial, vituperando contra os Estados Unidos, as multinacionais, o mercado mundial e o cosmopolitismo de suas elites. Podemos ver também, sobretudo no caso de alguns altermundialistas na França, uma visão nacional-territorial, uma cegueira total quanto aos outros modos de funcionamento econômico e social contemporâneo, uma cegueira, aliás, paradoxal visto que as estruturas e modalidades de ação do movimento anti ou altermundialista são organizadas de forma reticular e contribuem para a emergência de um espaço político mundial.

Entre ignorância, obsolescência, instrumentalização ou tédio, os geógrafos têm ainda muito trabalho pela frente... Sua responsabilidade é, ao mesmo tempo, científica, didática e cidadã. Tanto no plano da pesquisa quanto da formação, a obra pela frente é imensa, a fim de livrar-se de muito entulho de heranças antigas e, mais que nunca, buscar trilhar o caminho do interdisciplinar e do internacional. Na construção dos saberes geográficos e das

imagens cartográficas, no desenvolvimento inicial das outras ciências sociais e econômicas, na formação dos futuros dirigentes,²¹ na formação contínua dos responsáveis econômicos dos produtores de representações e de símbolos, de todos os atores sociais, os geógrafos devem mobilizar seus conhecimentos e dar sua contribuição própria para uma análise que seja a mais lúcida e a mais aberta possível da globalização. Para acabar com a obsessão territorial belicosa, circulem. Muito resta por ser visto... e compreendido.

(Recebido para publicação em agosto 2006)

(Aceito em setembro de 2006)

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *L'invention de la ville. Banlieues, townships, invasions et favelas*. Paris: Editions des Archives Contemporaines, 1999.

AUGÉ, Marc. *Non-lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Seuil, 1992.

BADIE, Bertrand. *L'Etat importé: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique*. Paris: Fayard, 1992.

_____. *La fin des territoires: essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*, Paris, Fayard, 1995.

CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

_____. *La société en réseaux*. Paris: Fayard, 1998.

CITRON, Suzanne. *Dialogues Politique*, n. 2, jan. 2003.

_____. *Le mythe national: l'histoire de France en question*. Paris: Ed. Ouvrières, 1991.

CLERC, Pascal. *La culture scolaire en géographie. Le monde dans la classe*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002.

DAGORN, René Eric. CONFERÊNCIA NO IUFM DE AIX-MARSEILLE 24 nov. 2004 (espacetemps.net).

DAWSON, Nelson-Martin. *L'Atelier Delisle. L'Amérique du Nord sur la table à dessin*. Sillery: Septentrion, 2000.

DOLLFUS, Olivier. Le système Monde. Proposition pour une étude de géographie. *Actes du Géopoint. Systèmes et localisation*. [S.l]: Groupe Dupont, Université d'Avignon, 1984.

_____. *La mondialisation*. Paris: Presses de Sciences Po, 1997. (deuxième édition 2001). Collection “La bibliothèque du citoyen”.

GRATALOUP, Christian. *Comment, avec Olivier Dollfus, la géographie en vint au monde*. www.cafe-geo.net, 2006. Document 908.

¹⁹ Ver o *site* de Hérodote bem como a profusão de Atlas geopolíticos, entre os quais o sucesso editorial de Victor; Raison; Tetard, 2005.

²⁰ Ver Levy, *op. cit.*

²¹ Ver o ensino do Master de Ciências Políticas. Paris: *Espace mondial*: http://coursenligne.sciences-po.fr/2006_2007/espace_mondial/index.html e seus desenvolvimentos no Brasil (UnB em Brasília e UFBA em Salvador).

- LACOSTE, Yves. *Les pays sous-développés*. Paris: Que sais-je, 1959.
- _____. *Géographie du sous-développement*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.
- _____. Crise de la géographie et géographie de la crise. *Hérodote*, n.1, jan./mar. 1976. www.herodote.org
- LEFORT, Isabelle. *La lettre et l'esprit: géographie scolaire et géographie savante en France, 1870-1970*. Paris: Ed. du CNRS, 1992.
- LEVY, Jacques. Les mondes des anti-Monde. *EspacesTemps.net*. Textuel, 01 maio 2002.
- PELLETIER, Monique. *Les Cartes Cassini, la science au service de l'état et des régions*. Paris: Ed Cths, 2002.
- RETAILLE, Denis. *Le monde du géographe*. Paris: Presses de Sciences Po, 1997.
- ROBIC, Marie-Claire (Dir.) et al. *Couvrir le monde; un grand Xxème siècle de géographie française*. Paris: ADPF-Ministère des Affaires Étrangères, 2006.
- SASSEN, Saskia. *The global city*. New York, London, Tokyo. Princeton NJ: Princeton University Press, 1991.
- _____. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Calif., Pine Forge Press, 2006.
- VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoires*. L'économie d'archipel. Paris: PUF, 1996.
- _____. L'économie mondiale, une économie d'archipel. In: _____. *Mondialisation: au-delà des mythes*. Paris: La Découverte, 1997.
- VICTOR, Jean-Christophe; RAISSON, Virgine; TETARD, Franck. *Le dessous des cartes: atlas géopolitique*. Paris: Arte Éditions, 2005.